

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - CEP 87670-000 - Telefax: (44) 3440-1221

PORTARIA N.º 002/2020

DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Cleber Geraldo da Silva, Prefeito Municipal de Inajá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

RESOLVE:

Art. 1.º - Constituir a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INAJÁ, durante o exercício de 2020.

Art. 2.º - A Comissão Permanente de Licitação mencionada no artigo anterior, fica assim constituída:

PRESIDENTE: Renato Rafael Diogo do Valle

RG N.º 9.014.461-8

CPF N.º 049.250.729-51

VICE PRESIDENTE: Álvaro Cezar de Assis

RG N.º 3.766.799-4

CPF N.º 618.064.719-49

SECRETÁRIO: Diego Rafael Floripes de Souza

RG N.º 9481911-3

CPF N.º 048.027.979-90

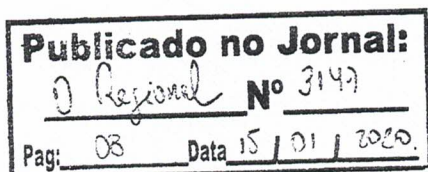
Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ.

EM 13 DE JANEIRO DE 2020.

Cleber Geraldo da Silva

PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 01 / VIST

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
Av. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

M E M O R A N D O

Inajá, 30 de novembro de 2020.

Assunto: Contratação de empresa para o fornecimento de 10 conjuntos de mesas produzidas em madeira plástica a serem instaladas na construção do Centro de Recreação para crianças, adolescente e idosos.

JUSTIFICATIVA: De acordo com o projeto de se construir um centro de recreação para idosos, crianças e adolescentes, verificou-se dentre as opções de lazer para os idosos a construção de um espaço onde os mesmos poderão desfrutar de momentos de lazer brincando com jogos que ficarão dispostos em cima de mesas, além destas servirem inclusive para a hora do lanche do público idoso que frequentará este espaço.

Solicitamos, com urgência, as devidas providências para o processo, pois o recurso o qual será feito parte do pagamento tem prazo final de execução até 19/12/2020.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

KIT MESA DE BAR COM 4 CADEIRAS 45 CM IPE
--


Elias Pereira da Silva Júnior
Diretor de Departamento de
Ação Social
CPE: 067.878.609-90
Elias Pereira da Silva Junior
DIRETOR DO DEPARTAMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.976.587/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/03/2019
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PEVEPLAST - MADEIRA PLASTICA E SOLUCOES	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 73.19-0-02 - Promoção de vendas 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO R JOSE DANTAS DE LIMA	NÚMERO 1055	COMPLEMENTO *****
--	-----------------------	-----------------------------

CEP 87.707-220	BAIRRO/DISTRITO JARDIM IPE	MUNICÍPIO PARANAVAI	UF PR
--------------------------	--------------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (44) 3062-1066
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/03/2019
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/12/2020** às **09:36:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE INA
FLS. 01 / Vis

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	32.976.587/0001-65
NOME EMPRESARIAL:	RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946
CAPITAL SOCIAL:	R\$5.000,00 (Cinco mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ



A Prefeitura de Inajá - PR.

RAZÃO SOCIAL: CLAUDINEI APARECIDO POMARO 72258934915
CNPJ: 30.972.591/0001-20
ENDEREÇO: Rua Santa Catarina, 147 Santa Esmeralda - Santa Cruz de Monte Castelo
TELEFONE:(44) 999757348 Email:claudineipomaro@hotmail.com

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	KIT MESA DE BAR COM 4 CADEIRAS 45 CM IPE , Mesa produzida em madeira plástica fabricada através da mistura de resíduos plásticos recicláveis, produzida com perfis vazados de grande resistência e durabilidade possui no tampo de 5 unidades tábuas 136x30x680 mm e quatro tábuas de madeira plástica nas laterais para acabamento, fixadas por baixo do tampo, as tábuas da borda possuem medidas de 65x30 mm; A estrutura dos pés da mesa é feita por 1 parafuso de madeira plástica com medida 120 x 120 x 650 mm, onde é fixado no centro do tampo quadrado da mesa através de parafusos. Medidas totais da mesa: 72cm de altura, 68 cm de largura e 68 cm de profundidade. Cor ipê. Cadeira com encosto em madeira plástica, fabricada através da mistura de resíduos plásticos recicláveis, medidas: Largura: 45 cm, Altura assento: 37 cm, Altura encosto: 40 cm, Altura total: 76 cm, Base assento: 31,5 cm, produzido em material Polipropileno na cor preta, Travas: 2 unidades; Parafusos e porcas: 19 unidades para fixar perfil tábuas, pés e apoio. 4 unidades de tábua em madeira plástica 13,6 cm x 3 cm x 45 cm Cor ipê. Peso: 8,5 kg.	unidade	10	R\$ 1.835,00	R\$ 18.350,00
VALOR TOTAL: R\$ 18.350,00					

Cond. Pagamento: 07 dias

Prazo entrega: Até 60 dias

Validade orçamento: 15 dias

Claudinei Pomaro
30.972.591/0001-20
Claudinei Aparecido Pomaro
Bairro Santa Esmeralda
CEP 87920-000
Sta. Cruz de Monte Castelo - PARANÁ

Claudinei Aparecido Pomaro
CPF: 722.589.349-15

Santa Cruz de Monte Castelo, 02 de Dezembro 2020

MUNICÍPIO DE INAJÁ
F.LS. 06 / VISTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.972.591/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/07/2018
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL CLAUDINEI APARECIDO POMARO 72258934915

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POMARO MADEIRA PLASTICA	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-02 - Promoção de vendas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 31.01-2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira 43.99-1-03 - Obras de alvenaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO 10 R RUA SANTA CATARINA	NÚMERO 147	COMPLEMENTO CASA
--	----------------------	----------------------------

CEP 87.925-000	BAIRRO/DISTRITO SANTA ESMERALDA	MUNICÍPIO SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	UF PR
--------------------------	---	---	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO claudineipomaro@hotmail.com	TELEFONE (44) 9975-7348
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2018
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/12/2020** às **09:38:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

FORNECEDOR
JAFAR REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA
 CNPJ 77.909.620/0001-72
 RUA. LINDÓIA 54, 1 ANDAR SALA 5 - BAIRRO GLÓRIA - JOINVILLE SC
 FONE (47) 3026.3663 OU (47) 99269.2776

À Prefeitura de Inajá - PR,

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	KIT MESA DE BAR COM 4 CADEIRAS 45 CM IPE , Mesa produzida em madeira plástica fabricada através da mistura de resíduos plásticos recicláveis, produzida com perfis vazados de grande resistência e durabilidade possui no tampo de 5 unidades tábuas 136x30x680 mm e quatro tábuas de madeira plástica nas laterais para acabamento, fixadas por baixo do tampo, as tábuas da borda possuem medidas de 65x30 mm; A estrutura dos pés da mesa é feita por 1 palanque de madeira plástica com medida 120 x 120 x 650 mm, onde é fixado no centro do tampo quadrado da mesa através de parafusos. Medidas totais da mesa: 72cm de altura, 68 cm de largura e 68 cm de profundidade. Cor ipê. Cadeira com encosto em madeira plástica, fabricada através da mistura de resíduos plásticos recicláveis, medidas: Largura: 45 cm, Altura assento: 37 cm, Altura encosto: 40 cm, Altura total: 76 cm, Base assento: 19 unidades para fixar perfil tabuas, pés e apoio. 4 unidades de tábua em madeira plástica 13,6 cm x 3 cm x 45 cm Cor ipê. Peso: 8,5 kg.	unidade	10	R\$ 1.996,85	R\$ 19.968,50
VALOR TOTAL: R\$ 19.968,50					

Cond. Pagamento: 07 dias

Prazo entrega: Até 60 dias

Validade orçamento: 15 dias

Joinville , 03 de Dezembro 2020



REPRESENTAÇÕES

Rua: Lindóia, 54 - Salas 04 e 05 - Glória
 CEP: 89216-300 - Joinville Santa Catarina
 Fone / Fax: (47) 3026-3663

MUNICÍPIO DE INAJÁ
 ELS. 09 / VISTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
77.909.620/0001-72
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
21/02/1984

NOME EMPRESARIAL
JAFAR REPRESENTACOES E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

NÚMERO

COMPLEMENTO

CEP

BAIRRO/DISTRITO

MUNICÍPIO

UF

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
INAPTA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
27/10/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
OMISSAO DE DECLARACOES

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/12/2020 às 09:39:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	77.909.620/0001-72
NOME EMPRESARIAL:	JAFAR REPRESENTACOES E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANTONIO JOSE FERNANDES FARIA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ANTONIO MIGUEL FARIA		
Qualificação:	30-Sócio Menor (Assistido/Representado)		
Nome do Repres. Legal:	ANTONIO JOSE FERNANDES FARIA	Qualif. Rep. Legal:	15-Pai

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/12/2020 às 09:39 (data e hora de Brasília).



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

A/C Divisão de Contabilidade,

Em 04 de dezembro de 2020.

Por ocasião do recebimento de solicitação de despesa, proveniente do Departamento Municipal de Ação Social, para aquisição de 10 (dez) conjuntos de mesas e cadeiras confeccionadas em madeira plástica, para composição do espaço onde será construído o Centro de Recreação ao Idoso, necessitamos da manifestação da existência de saldo orçamentário e financeiro para celebração de contrato de fornecimento.

Para tanto, solicito a Divisão de Contabilidade, a confirmação da existência de saldo orçamentário e ao Departamento de Finanças, sobre a existência do saldo financeiro.

Atenciosamente.

Renato Rafael Diogo do Valle
Presidente Comissão Permanente de Licitações - CPL



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

Divisão de Contabilidade

A Divisão de Licitação e Compras,

Referente a informação sobre recursos orçamentários.

Em conformidade com a solicitação efetuada pela Divisão, informo que verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, constatamos que nesta data:

(X) existe,

() não existe,

previsão de recursos orçamentários para Contratação da empresa para o fornecimento do objeto solicitado, no atendimento ao Departamento Municipal de Ação Social, nas seguintes dotações relacionadas abaixo.

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	08
FUNÇÃO PROGRAMATICA	01
PROJETO DE ATIVIDADE	3.324
ELEMENTO DE DESPESA	44.90.52.00.00.00.00
FONTE DE RECURSO	3784
SALDO ORÇAMENTARIO	R\$ 20.000,00

Em 04 de dezembro de 2020.

Ana Paula de Oliveira
Contadora

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.976.587/0001-65

Razão Social: RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946

Endereço: RUA JOSÉ DANTAS DE LIMA, 1055 / / JARDIM IPE / PARANAVAI / PR / 87707-220

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/11/2020 a 22/12/2020

Certificação Número: 2020112304152125851986

Informação obtida em 04/12/2020 09:40:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PEVEPLAST

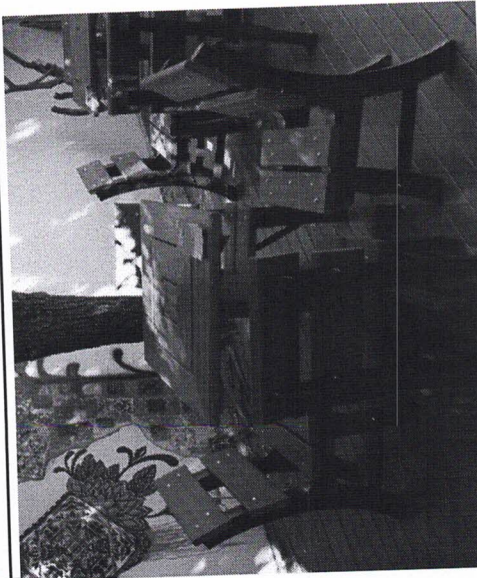
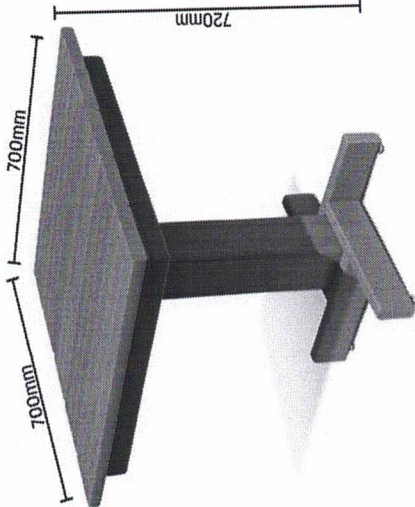
MADEIRA PLÁSTICA E SOLUÇÕES

CNPJ: 32.976.587/0001-65

ENDEREÇO: RUA JOSÉ DANTAS DE LIMA, 1055

Email: pvplast.mp@outlook.com

CEL/WHATS: 44 999006372

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VAL. UN.	VAL. TOTAL
1	KIT MESA DE BAR COM 4 CADEIRAS 45 CM IPE				
	 	UN.	10	R\$ 1.700,00	R\$ 17.000,00

DESPESAS E MÃO DE OBRA DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO INCLUSA

VALIDADE ORÇAMENTO: 15 DIAS

CONDIÇÃO PAGAMENTO: 15 DD

PRAZO ENTREGA: 60 DIAS*

LOCAL : PARANAVAI - PARANÁ

Data: 30/11/2020

32 976 587/0001-65

RAFAEL DOS SANTOS SOARES

PEVEPLAST - MADEIRA PLÁSTICA E SOLUÇÕES

RUA JOSÉ DANTAS DE LIMA, 1055

JD. IPE - CEP 87707-220

PARANAVAI - PR

Rafael dos Santos Soares

CPF: 059.506.569-46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946
CNPJ: 32.976.587/0001-65

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:40:56 do dia 04/12/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/06/2021.

Código de controle da certidão: **D756.F6E2.EDBF.5EAA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CNPJ : 32.976.587/0001-65

Data da Emissão : 04/12/2020

Hora da Emissão : 09:40:56

Código de Controle da Certidão : D756.F6E2.EDBF.5EAA

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão **Negativa** emitida em 04/12/2020, com validade até 02/06/2021.

[Página Anterior](#)

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 1/2

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PREFEITO MUNICIPAL

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) CONJUNTOS DE MESAS E CADEIRAS CONFECCIONADAS EM MADEIRA PLÁSTICA, ATRAVÉS DA MISTURA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, COM MEDIDAS DE 70 x 70cm E 72cm DE ALTURA, PARA A MESA, E CADEIRAS COM LARGURA DE 45cm, PARA COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO ONDE SERÁ INSTALADO O CENTRO DE RECREAÇÃO PARA O IDOSO

Processo Adm. nº: 119/2020 **Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
Forma Pgto. / Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NÃO HAVERÁ
Prazo Entrega/Exec.: NÃO IMEDIATO
Local de Entrega: DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL -
Urgência: NÃO IMEDIATA
Vigência: 90 DIAS
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
422	08.01.2.821.4.4.90.52.00.00.00.00	FMAS Aplicação Suprávit Financeiro da Fonte 784	4.4.90.52.42.00.00.00	20.000,00
Fonte de Recurso : 3784 - Incentivo Família Paranaense V - Termo de Adesão -				
Total previsto:				20.000,00

ITENS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	10,000	CJ	MESA 70 x 70cm E 72cm DE ALTURA, ELABORADA COM RESÍDUOS PLÁSTICOS RECICLÁVEIS - COR IPE + 04 CADEIRAS 45cm DE LARGURA DO ASSENTO, 37cm DE ALTURA DO ASSENTO E 40cm DE ALTURA DO ENCOSTO - ALTURA TOTAL: 76cm - COM BASE PRODUZIDA EM POLIPROPILENO - COR PRETA (25-06-0001)	1.700,0000	17.000,00
Total Geral ----->				1.700,0000	17.000,00

Inajá, 4 de Dezembro de 2020.

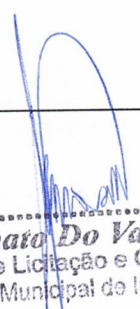
MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 22 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 2/2

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

Inajá, 4 de Dezembro de 2020.



.....
Renato Do Valle
Divisão de Licitação e Compras
Prefeitura Municipal de Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 119/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Inajá, 4 de Dezembro de 2020.


.....
CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 1/1

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 119/2020
B - Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
C - Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
D - Forma Pgto./ Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NAO HAVERA
E - Prazo Entrega/Exec.: NAO IMEDIATO
F - Local de Entrega: DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
G - Urgência: NAO IMEDIATA
H - Vigência: 90 DIAS
I - Objeto da Licitação: AQUISICAO DE 10 (DEZ) CONJUNTOS DE MESAS E CADEIRAS CONFECCIONADAS EM MADEIRA PLASTICA, ATRAVES DA MISTURA DE RESIDUOS RECICLAVEIS, COM MEDIDAS DE 70 x 70cm E 72cm DE ALTURA, PARA A MESA, E CADEIRAS COM LARGURA DE 45cm, PARA COMPOSICAO DO ESPACO ONDE SERA INSTALADO O CENTRO DE RECREACAO PARA O IDOSO

J - Observações:

K - Convidados:

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
422	08.01.2.821.4.4.90.52.00.00.00.00	FMAS Aplicação Suprávit Financeiro da Fonte 784	4.4.90.52.42.00.00.00	20.000,00
Fonte de Recurso : 3784 - Incentivo Família Paranaense V - Termo de Adesão -				
Total Previsto :				20.000,00

Inajá, 4 de Dezembro de 2020.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 21 / VISTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

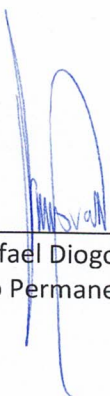
Em 08 de dezembro de 2020.

AO DEPARTAMENTO JURÍDICO DESTE MUNICÍPIO,

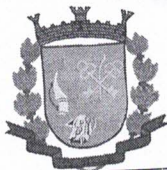
Encaminho a Vossa Excelência, processo para:

- Aquisição de 10 (dez) conjuntos de mesas e cadeiras confeccionadas em madeira plástica, através da mistura de resíduos recicláveis, para composição do espaço onde será instalado o Centro de Recreação para o Idoso.
- Com vistas a celebração de contrato junto a empresa de melhor proposta apresentada, conforme valor detalhado e Pesquisas de Preço realizadas por esta Divisão, conforme orientação de Portaria Municipal, solicito Parecer Jurídico com análise e atendimento a demanda.

Atenciosamente,



Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL



PARECER JURÍDICO

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação.

Órgão(s) Interessado(s): Comissão Permanente de Licitação

Diretor de Ação Social

Assunto: Procedimento administrativo de contratação/aquisição

EMENTA: Licitação. Dispensa Art. 24, II,
Lei 8.666/93. Possibilidade. Legalidade.
Observações.

1. DOS FATOS

Trata-se de pedido de parecer sobre procedimento de dispensa de licitação, para a **“aquisição de Kit de Mesa de Bar com 4 Cadeiras 45cm IPE”**, no valor estimado de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), considerando o valor do menor dos orçamentos colhidos, nos termos dos documentos que acompanham a solicitação do Diretor do Departamento.

A justificativa baseia-se no valor da contratação (Lei 8.666/93, art. 24, II) e encontra-se anexada ao procedimento com a afirmação de que, a aquisição é necessária para construção/montagem de um espaço de lazer para os idosos atendidos pelo CRAS, onde



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 023100691-54

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **32.976.587/0001-65**

Nome: **RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946**

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/04/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Confirmação de Certidão

Informações do Documento

Certidão 023100691-54
Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática
Fornecida para o CNPJ 32.976.587/0001-65
RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946
Emissão 04/12/2020 09:41:58
Data de Validade 03/04/2021

Voltar

© Secretaria da Fazenda - SEFA

Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR

[Localização](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946 (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.976.587/0001-65

Certidão nº: 32023036/2020

Expedição: 04/12/2020, às 09:42:06

Validade: 01/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.976.587/0001-65**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

poderão desfrutar de momentos de lazer brincando com jogos que ficarão dispostos em cima das mesas, além de servirem para a hora do lanche.

As despesas estão previstas na rubrica 08.01.2.821, elemento de despesa 4.4.90.52.00.00.00.00, fonte 3784 com saldo informado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), segundo informação contábil, cumprido, portanto, o requisito orçamentário.

É o breve relatório. Passo a opinar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, cumpre destacar que o presente parecer é emitido para os fins do disposto do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, ou seja, para a exclusiva análise da minuta de edital e minuta do contrato.

Art. 38 – [...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ou seja, compete à assessoria/procuradoria jurídica, no âmbito de licitações e contratos administrativos, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Esses limites de atuação se justificam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa¹, que desautoriza opinião jurídica sobre questões sem conteúdo

¹ BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. RESP nº 1.171.688. Relator: Mauro Campbell Marques. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=10502654&n_registro=200902425347&data=20100623&tipo=5&formato=PDF. Acesso em: 04 fev. 2014.

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : TIM CELULAR S/A ADVOGADA : ADRIANA VIEIRA DE RESENDE E OUTRO(S) RECORRIDO : GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA GVT ADVOGADO : TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR E OUTRO(S) INTERES. : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL - "AMICUS CURIAE" PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF INTERES. : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE - "AMICUS CURIAE" ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF EMENTA PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 267, § 3º, DO CPC. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TELECOMUNICAÇÕES. INTERCONEXÃO. VALOR DE USO DE REDE MÓVEL (VU-M). DIVERSAS ARBITRAGENS ADMINISTRATIVAS LEVADAS A CABO PELA

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	30.972.591/0001-20
NOME EMPRESARIAL:	CLAUDINEI APARECIDO POMARO 72258934915
CAPITAL SOCIAL:	R\$1,00 (Hum real)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Assim, o valor limite para a dispensa de licitação até o momento é de R\$ 17.600,00, superior aos valores indicados nos orçamentos que instruem o procedimento.

Trata-se de pedido de dispensa de licitação para a aquisição de Kits de mesas, para atender os usuários da melhor idade do CRAS. O interesse público está demonstrado.

E, havendo disponibilidade de recursos financeiros, a dispensa de licitação pode ser realizada porque o valor é adequado à autorização legislativa.

Sobre o procedimento, o artigo 26 apresenta algumas peculiaridades que devem ser observadas:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Assim, a Comissão de Licitação deverá emitir declaração indicando a razão da escolha do fornecedor e a justificativa de preço, conforme determinado no parágrafo único do artigo 26, acima transcrito.

Quanto à documentação, é imprescindível a cotação de preços, por meio de orçamentos que indiquem o preço de mercado, os quais já constam do procedimento, bem

II – para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite – até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços – até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência – acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

como a justificativa de contratação, declaração de adequação da despesa e declaração de disponibilidade financeira.

Em relação à licitante a ser contratada, deve ela apresentar os seguintes documentos imprescindíveis: comprovante de inscrição no CNPJ e contrato social, Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais (inclusive INSS), Certificado de Regularidade do FGTS, registro cadastral (se for o caso), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e outros documentos necessários para comprovação de regularidade, tais como licenças obrigatórias, entre outros; todos eles com validade para esse procedimento.

Em se tratando de pessoa física, deve ser apresentada cópia de documentos pessoais, prova de inscrição e regularidade no órgão de classe, se for o caso e prova de capacidade técnica.

No entanto, verificando-se o vencimento de qualquer das Certidões dentro do prazo de vigência do procedimento e/ou do contrato, as mesmas deverão ser renovadas por parte de contratada, por meio de solicitação da Comissão Permanente de Licitação.

Todos os documentos devem ser conferidos pela Comissão de Licitação, especialmente as certidões que forem emitidas pela Internet, as quais oferecem código de certificação e/ou conferência, justamente para essa análise, devendo esse ato de "conferência" ser consignado nos autos do procedimento.

É importante também que nos documentos elaborados pela Comissão de Licitação, seja na declaração de dispensa, seja em ato próprio, conste a necessidade ou não de elaboração de contrato administrativo, o qual é dispensado nos casos previstos no artigo 62, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

A contratação direta também é um procedimento licitatório, que deve conter além das exigências específicas do artigo 26 já mencionado, os requisitos gerais previstos no caput do artigo 38 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

Deve observar os princípios gerais das licitações e contratos, estar acompanhado de cópia do documento de nomeação da Comissão Permanente de Licitação, ser rubricado em todas as folhas. E o resumo do procedimento deverá ser publicado na imprensa oficial, na primeira edição subsequente à finalização do presente procedimento.

Analisando-se o conteúdo do procedimento, até o presente momento, verifica-se estar formalmente regular para que possa cumprir seu objetivo, garantindo-se a observância do princípio constitucional da isonomia, criando condições de processar a licitação de conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e moralidade administrativa, estabelecidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, que regem as atividades administrativas.

Destacamos que após os trâmites procedimentais compete à autoridade competente a aprovação do procedimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000


E-mail pminaja@uol.com.br

3. DA CONCLUSÃO

Ante a todo o exposto, essa assessoria, opina pela possibilidade de realização do procedimento contratação direta por dispensa de licitação conforme fundamentação acima, competindo a decisão de contratação e homologação do certamente exclusivamente à autoridade administrativa competente.

Esse é, s.m.j., o parecer que submeto à análise superior para deliberação.

Inajá-PR, 14 de dezembro de 2020.


Zeille Maria de Oliveira
OAB/PR 71.894
Procuradora Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 17.000,00

Processo / Ano: 117/2020
Licitação: 83/2020 - DL
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Objeto: AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) CONJUNTOS DE MESAS E CADEIRAS CONFECCIONADAS EM MADEIRA PLÁSTICA, ATRAVÉS DA MISTURA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, COM MEDIDAS DE 70 x 70cm E 72cm DE ALTURA, PARA A MESA, E CADEIRAS COM LARGURA DE 45cm, PARA COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO ONDE SERÁ INSTALADO O CENTRO DE RECREAÇÃO PARA O IDOSO

Processo Administrativo: 119/2020

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item: 1	25060001	- MESA 70 x 70cm + 04 CADEIRAS 45cm DE LARGURA DO ASSENTO - Unidade: CJ	10,000	0,0000	1.700,0000	17.000,00	Venceu	1 *****
3879	RAFAEL DOS SANTOS SOARES	05950656946						

Inajá, Em 14/12/2020.

RENATO RAFAEL DIOGO DO VALLE - Presidente da Comissão
ALVARO CEZAR DE ASSIS - VICE-PRESIDENTE
DIEGO RAFAEL FLORIPES DE SOUZA - SECRETARIO

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 33 / VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 083/2020

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE INAJÁ - PR, E A EMPRESA - RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 083/2020 de 14/12/2020.....

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG Nº 7.580.647-7-SSP/PR e CPF Nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, Nº 367, CENTRO, neste município.

CONTRATADA: RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 32.976.587/0001-65, situada na RUA JOSÉ DANTAS DE LIMA, Nº 1055, JARDIM IPE - CEP- 87.707-220- PARANAVAL - PR, neste ato, representada pelo Sr. RAFAEL DOS SANTOS SOARES- RG Nº 8.864.802-1- SSP-PR, CPF -059.506.569-46- PROPRIETARIO da empresa..

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) CONJUNTOS DE MESAS E CADEIRAS CONFECCIONADAS EM MADEIRA PLÁSTICA, ATRAVEZ DA MISTURA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, COM MEDIDAS DE 70X70 cm E 72 cm DE ALTURA E CADEIRAS COM LARGURA DE 45 cm, PARA COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO ONDE SERÁ INSTALADO O CENTRO DE RECREAÇÃO PARA O IDOSO, CONFORME ITEM E QUANTIDADE EM ANEXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	MESA 70X70 cm e 72 cm DE ALTURA, ELABORADA COM RESÍDUOS PLÁSTICO RECICLÁVEIS - COR IPÊ + 04 CADEIRAS 45 cm DE LARGURA DO ASSENTO, 37 cm DE ALTURA DO ASSENTO E 40 cm DE ALTURA DO ENCOSTO - ALTURA TOTAL: 76 cm - COM BASE PRODUZIDA EM POLIPROPILENO - COR PRETA	CJ	10	1.700,00	17.000,00
TOTAL					17.000,00

Parágrafo único - Ficam integrados a este Contrato, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: Proposta de preço, Parecer Jurídico e legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor total referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 083- 2020, é de R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, através de nota fiscal emitido pela CONTRATADA ou sua representante a partir da data de assinatura deste, com comprovação fiscal e



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

trabalhista.

Ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 08.01.2.821 44.90.52.00.00.00.00 3784- R\$ 20.000,00

Ultrapassado o exercício financeiro de 2020, o Município adotará as medidas necessárias para assumir a dotação correspondente para o período.

Parágrafo primeiro: Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos ao presente, deverá esta, comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que, a CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo segundo: Sobre as práticas fraudulentas e de corrupção, para os propósitos desta, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

Parágrafo terceiro: Enquanto perdurar o impedimento, a CONTRATANTE se reserva no direito de contratar o objeto em questão com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições deste processo, não cabendo direito a CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUARTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO:

A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma ceder o presente Contrato a nenhuma outra pessoa de caráter física ou jurídica.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato é de 17/12/2020 A 15/03/2021 ou até entrega total do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- a) A entrega do objeto no destino final será de responsabilidade da contratada,
- b) Será designado um servidor para o fiscalização do objeto, com autorização do Departamento solicitante;
- c) Apresentar junto com a nota fiscal, Certidão Trabalhista e Certidões Fiscais e Previdenciárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, entrar em concordata ou for dissolvida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte, o Contrato, sem a prévia anuência da CONTRATANTE;

c) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA.

Parágrafo único: A rescisão do Contrato quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão dirimidos em comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES:

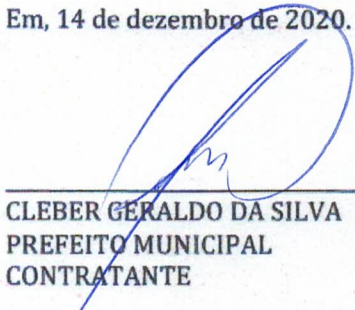
Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Paranacity-PR, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA.

Justas e Contratadas, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Em, 14 de dezembro de 2020.




CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:



HELIO RODRIGUES DE JESUS



RAFAEL DOS SANTOS SOARES
PROPRIETARIO
CONTRATADA



GILBERTO MARCOS LUTERKING DUTRA

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Identificação

Nome Empresarial

RAFAEL DOS SANTOS SOARES 05950656946

Nome do Empresário

RAFAEL DOS SANTOS SOARES

Nome Fantasia

PEVEPLAST - MADEIRA PLASTICA E SOLUCOES

Capital Social

5.000,00

Número Identidade

88648021

Orgão Emissor

SSP

UF Emissor

PR

CPF

059.506.569-46

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

ATIVO

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

09/03/2019

Número de Registro

CNPJ

32.976.587/0001-65

Endereço Comercial

CEP

87707-220

Bairro

JARDIM IPE

Logradouro

RUA JOSE DANTAS DE LIMA

Município

PARANAVAÍ

Número

1055

UF

PR

Atividades

Data de Início de Atividades

09/03/2019

Forma de Atuação

Internet, Em local fixo fora da loja, Televenda

Ocupação Principal

Comerciante independente de materiais de construção em geral

Atividade Principal (CNAE)

47.44-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

Ocupações Secundárias

Comerciante independente de móveis

Comerciante independente de toldos e papel de parede

Pedreiro independente

Promotor(a) de vendas, independente

Fabricante de esquadrias metálicas sob encomenda ou não, independente

Atividades Secundárias (CNAE)

47.54-7/01 - Comércio varejista de móveis

47.59-8/99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

43.99-1/03 - Obras de alvenaria

73.19-0/02 - Promoção de vendas

25.12-8/00 - Fabricação de esquadrias de metal

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 10 / VISTO

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>.

Certificado emitido com base na Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>.

Número do Recibo

ME35000650

Número do Identificador

00005950656946

Data de Emissão

04/12/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

E-mail pmijnaja@uol.com.br

Av. Antonio Vêiga Martins, 80 - Centro - Teléfax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

estritamente jurídico², ou seja, não deve o órgão jurídico emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade³.

Dessa forma, o processo será analisado em seu aspecto forma, considerando as disposições legais aplicáveis.

Iniciado o processo administrativo de compra/contratação, foi eleita a modalidade de dispensa de licitação tendo em vista o valor a ser contratado não ultrapassar o montante estabelecido no artigo 24, II da Lei 8.666/93.

De fato, as hipóteses de dispensa de licitação estão atroladas taxativamente no artigo 24 da Lei nº 8.666/93, dentre as quais, a dispensa em razão do valor, conforme inciso II, aplicável ao objeto do presente caso:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

O valor limite para dispensa que era de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) foi alterado para R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), em decorrência da entrada em vigor em 19/07/2018 do Decreto 9.412/2018⁴ baixado pelo Presidente da República, que teve como objetivo atualizar os valores estabelecidos no artigo 23, I e II da Lei 8.666/93.

ANATEL. DECISÃO ARBITRAL PROFERIDA EM CONFLITO ENTRE PARTES DIFERENTES, MAS COM O MESMO OBJETO. MATÉRIA DE ALTO GRAU DE DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA. EXTENSÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA ÀS HIPÓTESES QUE ENVOLEM OUTRAS OPERADORAS DE TELEFONIA. DEVER DO JUDICIÁRIO. PRINCÍPIOS DA DEFERÊNCIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DA EFICIÊNCIA E DA DEFERIDA NO PRESENTE CASO.
² Sobre o em matéria técnicas e nas quais houve um eficiente debate em consultas e audiências públicas, o Judiciário tem buscado preservar a decisão da agência, desde que razoável. Trata-se do Princípio da Deferência do Poder Judiciário da agência reguladora pela sua, por que também seja plausível. O Judiciário não pode substituir a interpretação razoável para com as decisões administrativas. (ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico, 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 442.)
³ Aliás, esse tema foi transformado em enunciado pela AGU. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/37931611>
⁴ Art. 1º - Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:
I - para obras e serviços de engenharia:
a) na modalidade de convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e